



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 30/04/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por impedimentos profissionais, estará ausente do concelho nos próximos 30 dias, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 2014
3. REQ. N. 609/14, DATADO DE 30/04/2014 – PC N.º 134/14, DATADO DE 30/04/2014 – FACOMPRIL, FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS, LDA.
4. REQ. N. 534/14, DATADO DE 14/04/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES

5. REQ. N. 347/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 68/14, DATADO DE 10/03/2014 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.
6. REQ. N. 583/14, DATADO DE 24/04/2014 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ
7. REQ. N. 300/14, DATADO DE 28/02/2014 – PC N.º 62/14, DATADO DE 28/02/2014 – JOSÉ LUÍS MONTEIRO DOS SANTOS
8. REQ. N. 521/14, DATADO DE 10/04/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.
9. REQ. N. 530/14, DATADO DE 14/04/2014 – PC N.º 66/09, DATADO DE 13/04/2009 – MANUEL PINTO
10. REQ. N. 497/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013 – JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ
11. REQ. N. 444/14, DATADO DE 27/03/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014 – ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR
12. REQ. N. 483/14, DATADO DE 02/04/2014 – PC N.º 67/14, DATADO DE 07/03/2014 – JOSÉ ROSA SOARES
13. REQ. N. 624/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 172/12, DATADO DE 16/09/2012 – JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO
14. REQ. N. 453/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO
15. REQ. N. 275/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 56/14, DATADO DE 24/02/2014 – MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO
16. REQ. N. 804/12, DATADO DE 10/05/2012 – PC N.º 08/10, DATADO DE 21/01/2010 – HÉLDER CARLOS DE SOUSA MORGADO
17. REQ. N. 510/14, DATADO DE 08/04/2014 – PC N.º 99/13, DATADO DE 16/04/2013 – AFONSO JESUS CAMINHO
18. REQ. N. 600/14, DATADO DE 29/04/2014 – PC N.º 184/2014, DATADO DE 29/04/2014 – ANIBAL SANTOS MARTINHO

19. REQ. N. 2591/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 219/08, DATADO DE 06/06/2008 – ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO
20. REQ. N. 822/10, DATADO DE 13/04/2010 – PC N.º 66/10, DATADO DE 13/04/2010 – PAULO JORGE FERREIRA SOUSA
21. REQ. N. 326/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 330/06, DATADO DE 16/05/2006 – ANABELA SOUSA JORGE
22. REQ. N. 421/14, DATADO DE 21/03/2014 – PC N.º 823/03, DATADO DE 31/10/2003 – JOSÉ MANUEL GOMES CARDOSO
23. REQ. N. 627/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 138/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
24. REQ. N. 628/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 139/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
25. REQ. N. 629/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 140/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
26. REQ. N. 488/14 , DATADO DE 03/04/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014 – CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. e PT COMUNICAÇÕES, S.A.
27. REQ. N. 509/14, DATADO DE 08/04/2014 – PC N.º 1101/99, DATADO DE 01/09/1999 – FERNANDO GAMEIRO
- 27-A. REQ. N. 557/14, DATADO DE 21/04/2014 – PC N.º 54/14, DATADO DE 21/02/2014 – FÁBIO SILVA SANTOS
28. PRÉDIO DEVOLUTO – RUA DAS HORTINHAS, N.º 8, CASAL GALEGO – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: FILHAS DE SANTA MARIA DE GUADALUPE, CONGREGAÇÃO RELIGIOSA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
29. REQUALIFICAÇÃO DA RUA JANUÁRIO MARTINS E RUA MÃE D'ÁGUA – CEDÊNCIA 2,56M² DE TERRENO DA SR.ª MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA
30. RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL
31. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

32. REALIZAÇÃO DO EVENTO “+ SAÚDE” – ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTO IMPROVISADO E DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO
33. RECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“PRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE”*.
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA”* PARA O PERÍODO PREVISTO DE 01 DE JUNHO A 15 DE DEZEMBRO DE 2014.
35. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
36. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM JUNHO DO CORRENTE ANO.
37. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE JUNHO DE 2014
38. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA OLGA CONCEIÇÃO JESUS OLIVIERA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 2, 3º DTO., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL
39. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2º E 3º PERÍODO DO ANO LETIVO 2013/2014.
40. APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA
41. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:

1 – Sr. Manuel Vitorino Pereira, residente no Bairro João de Deus, n.º 11, Amieirinha, Marinha Grande, que em representação dos moradores deste Bairro, que tem mais de 25 anos, vem solicitar a requalificação das Ruas do referido Bairro, nomeadamente a sua asfatação e execução de passeios laterais, pois têm muitos buracos. Com as chuvas a rua fica inundada, porque o terreno está mais baixo do que as casas e forma-se uma poça, vêm reclamando da situação desde 2006, e já obtiveram resposta da Divisão de Ordenamento do Território e do Sr. Vereador Paulo Vicente.

2 – Sr. Ernesto Conceição Silva, residente na Travessa dos Pimentas, n.º 9, Engenho, Marinha Grande, que pretende abordar os seguintes assuntos:

- Levantamento no campo social feito no anterior mandato;
- Previsão/cobrança do IMI 2015/2016;
- Lei que permita a atribuição de topónimos.

O Sr. Ernesto começou por referir que ouviu aqui dizer que todos os casos apresentados teriam resposta, mas ainda não obteve resposta às suas questões sobre a rua.

Seguidamente perguntou se no mandato anterior houve algum levantamento social sobre casas. Referiu que o pavimento ainda não foi repostado na Travessa dos Pimentas, e que nesta Travessa há números de polícia iguais em 2 casas, uma delas é a sua, o que não pode ser, pois tem que andar à procura das pessoas para lhes entregar a correspondência. Questionou se a Câmara vai implodir o Teatro, referindo-se à entrevista do Sr. Filipe Andrade.

Louvou a Câmara pela redução do horário de trabalho das 40 horas para as 35 horas, parece-lhe muito bem, e entende que se esta lei foi furada então porque é que não podem baixar a taxa do IMI.

3 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º Esq.º, Marinha Grande, que pretende saber porque é que as suas sugestões nunca foram estudadas, pretendendo ainda obter resposta às questões que colocou na reunião da Câmara Municipal do dia 20/02/2014. Perguntou se a nova vereação vai continuar a não dar ouvidos aos munícipes, e referiu que como não teve direito ao contraditório e não obteve respostas na reunião de Câmara, solicitou-as por escrito, elencando de seguida as cartas que enviou e as respostas que recebeu da Divisão de Ordenamento do Território e do Sr.

Vereador. Concluiu dizendo que nos últimos 4 anos tem chamado a atenção para muitas situações e não obteve as respostas que merecia.

4 – Sr.ª Maria Suzete Margarido Oliveira, residente na Rua de S. Pedro, n.º 34, Guarda Nova, Marinha Grande, que pretende ser informada acerca do andamento da reclamação sobre a construção de um jazigo no cemitério municipal da Marinha Grande.

5 – Foi ainda atendida a **representante da empresa CARFI**, que não se tinha inscrito previamente, pelo que foi esclarecido que por essa razão a Câmara não se encontra preparada para responder.

A questão colocada pela representante da empresa foi a seguinte: não estão na Zona Industrial, estão virados para a Estrada da Nazaré. Foi-lhes inviabilizada uma licença de utilização por estarem confrontados com um “suposto” caminho público, que impede o carregamento e a descarga dos seus camiões. A existência deste caminho público tira-lhes este acesso, pelo que vêm pedir uma solução para que as duas entidades, pública e privada, se entendam. Estão em causa 180 postos de trabalho, se não tiverem condições para laborar poderão ir para a Polónia, embora não seja isso que pretendem, querem ficar no nosso País. Pretendem colaborar da melhor maneira possível, não inviabilizando as pretensões da Câmara nem a laboração da empresa. A representante da empresa terminou a sua intervenção agradecendo a visita efetuada pelo executivo.

Terminadas as intervenções do público, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte, no âmbito das suas áreas de intervenção:

1 – Sr. Manuel Vitorino Pereira, Ruas do Bairro João de Deus, Amieirinha, Marinha Grande

Referiu que se trata de uma situação difícil, de que os serviços estão a fazer o levantamento para elaboração do projeto, porque tem que se arranjar uma solução para drenagem das águas pluviais. Quando se intervier no arruamento também se deverá tratar do saneamento. Sobre os eventuais danos com a colocação do gás disse que irá verificar a situação com a Lusitâniagás. Terminou dizendo que não pode prometer a rua para este ano, mas que irá ver se poderá ser para o próximo ano.

2 – Sr. Ernesto Silva, residente na Travessa dos Pimentas, Engenho, Marinha Grande

Informou que foi remodelada a rede de águas da Travessa dos Pimentas e não a rua na sua totalidade, porque ainda não tem saneamento, e só depois disso haverá pavimentação definitiva.

3 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º Esq.º, Marinha Grande

Ao contrário do que foi referido, na ata da reunião vê-se que foram dadas respostas, podem é não ser as que o Sr. pretende. A petição sobre o descontinuar do traço contínuo

foi aos serviços, e já lhe foi dada resposta por escrito, com o parecer dos serviços, que não aconselham a descontinuação. Compreende que não lhe agrade, mas à Câmara compete zelar pela comodidade e segurança da comunidade. Às questões que colocou sobre a mobilidade nos passeios da Av.^a Arala Pinto foi-lhe respondido na reunião, assim como sobre o Parque Mártires. Terminou referindo que estas são as respostas que a Câmara tem para lhe dar, que poderão ou não agradar.

Sobre a referência à entrevista do Sr. Filipe Andrade, o **Sr. Vereador Vítor Pereira interveio**, referindo que o executivo não está aqui para discutir as entrevistas dos representantes dos partidos. Seguidamente questionou se o Sr. Ernesto Silva tinha lido a entrevista toda, pois aquilo que referiu eram só as “gordas” e o sentido, no contexto, não é aquele que ressalta da 1.^a página. Sobre o assunto referiu que tem o seu partido, e que a sua atividade enquanto eleito é a que entender, sempre assim foi e continuará a ser. A opinião do Filipe Andrade é a dele.

Sobre a falta de respostas, e falando por si, disse que dia a dia tem respondido às questões que lhe chegam, tem feito esse esforço, o que não se pode é generalizar, que é o que acontece muito na Marinha Grande, acompanhada de uma posição derrotista. O que está mal deve ser criticado, mas não se pode generalizar.

Sobre a questão do IMI referiu que é completamente ilegal, a Câmara não pode baixar. Nesta altura o Sr. Ernesto Silva interrompeu e o Sr. Presidente chamou-lhe a atenção.

O Sr. Vereador prosseguiu dizendo que a Câmara da Marinha Grande pratica a taxa mínima em termos de IMI e não a pode baixar. O que se prende com as avaliações não é da responsabilidade da Câmara. É impossível descer a taxa de IMI na Marinha Grande, porque está no valor mínimo. Não se está aqui a inocentar o Governo central, antes pelo contrário, o novo quadro legislativo do poder central está a penalizar todo o poder local, como são exemplo a lei dos compromissos e a consulta ao INA.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu para falar, mas o **Sr. Presidente** disse que uma vez que não tem pelouros não faz sentido a sua intervenção.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às intervenções do público:

Baixar o horário de trabalho das 40 horas para as 35 horas não foi para ganhar votos, mas para valorizar o trabalho, sempre defendeu isso.

Sobre o IMI disse que a Câmara não quer ganhar dinheiro, porque a sua receita diminuiu e o Sr. Ernesto sabe disso. Como o Sr. Vereador Vítor Pereira disse, não se pode baixar a taxa do IMI porque está no mínimo.

Sobre a entrevista do Sr. Filipe Andrade disse que cada um tem a sua opinião, e até pensa que ele não queria dizer aquilo que veio na manchete.

Ao Sr. Joaquim Andrade disse que a resposta já foi dada pelo Sr. Vereador Paulo Vicente.

Sobre a empresa CARFI referiu que o processo já esteve aqui na reunião, ficou de se fazer uma reunião de trabalho, que se irá marcar na próxima semana, de acordo com os interesses da empresa e da Câmara, tentando defender os interesses de todos.

A representante da empresa agradeceu a disponibilidade.

Sobre o jazigo informou que só lhe falta convocar a pessoa que o construiu e depois virá o assunto à reunião.

Informou ainda que é muito difícil abrir o portão do fundo do cemitério porque há poucos técnicos de profundidade e para garantir a abertura tinham que fazer trabalho extraordinário, mas não querem fazê-lo porque é mal pago.

O levantamento social foi feito no mandato anterior, está divulgado nos meios de comunicação social da Câmara, e caso o Sr. Ernesto não consiga encontrar pode pedir-lhe a si ou ao Vereador Vítor Pereira.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho saudou todos os presentes, disse que ia cumprir o regulamento na sua intervenção e abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Congratulou-se com o sucesso das comemorações do 25 de abril, designadamente na noite de 24, em que se emocionou várias vezes.
 - ⇒ Salientou também a sessão emotiva do dia 25 de abril, promovida pela Assembleia Municipal, com a declamação de poemas efetuada pelo Arqt.º Norberto Barroca.
 - ⇒ Realçou ainda a Criativ(a)rte, o seu grande sucesso e o agradecimento a todos os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente à DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.
- Ao ler o Jornal da Marinha Grande deparou-se com um artigo do Sr. Vereador do MpM Aurélio Ferreira, que a deixou perplexa, e onde aponta situações e acusa “os que hoje têm responsabilidades políticas no Município”, e ela tem, e os Vereadores da CDU, de impedir os movimentos de cidadãos. Deu dois exemplos que são inócuos para que os movimentos se pudessem candidatar: ambiente de opressão e de condicionamento dos trabalhadores. Quem? Quer saber nomes e factos. Condicionar munícipes. Qual, em que situação e quem o condicionou? Mandam calar quem opina. Quem manda calar a quem? Que apresente factos ou então cairá no descrédito.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se tem tempo para responder à Sr.ª Vereadora Alexandra ou se terá de o fazer dentro dos 8 minutos da sua intervenção.
O **Sr. Presidente** informou que deverá fazer a sua intervenção e depois responderá.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** saudou todos os presentes, assim como os assuntos apresentados, designadamente pelo público, alguns dos quais já vêm de trás e que devem ser solucionados o mais breve possível.

- ⇒ De seguida congratulou-se com a medalha de prata em judo alcançada em Itália pelo atleta marinhense Nuno Saraiva. Também com Hugo Gaspar, campeão nacional de voleibol pelo Benfica, que concilia a atividade desportiva com os estudos, e que hoje é médico. Congratulou-se ainda com a actividade nacional e internacional da patinagem em velocidade da Escola Guilherme Stephens.
- ⇒ Pediu resposta à questão apresentada em 20/03/2014, da munícipe Cristina Maria Sousa Ventura, da Moita, sobre um esgoto a céu aberto, e para a qual tem que haver resposta.
- ⇒ Perguntou se os proprietários dos terrenos já foram notificados para procederem à sua limpeza, uma vez que vem aí o verão.
- ⇒ Constatou que no ATRIUM já foram retirados os azulejos que estavam no chão mas estão a cair mais, o que dá um aspeto degradado, até as próprias letras também estão a cair.
- ⇒ Referiu que têm sido feitos arranjos no Parque Mártires, nos espaços verdes, mas os bancos estão muito degradados e têm que ser substituídos por algum mobiliário mais resistente, até para combater o vandalismo. Há um concurso para substituir o equipamento do parque infantil, pelo que questionou em que fase é que se encontra.
- ⇒ Sobre o Conselho Municipal de Educação gostaria de saber se já houve reuniões e se foram convidados os directores do CENFIM, da EPAMG e do CENCAL tal como ele tinha sugerido.
- ⇒ Enalteceu o trabalho desenvolvido nas comemorações do 25 de abril, que foi muito digno, com grande actividade na 6.ª feira, e parece-lhe que os eventos musicais tiveram pouca assistência, talvez porque não foram muito divulgados.
- ⇒ Sobre a presença na varanda na noite de 24 para 25 de abril referiu que não recebeu qualquer convite e não sabia, em termos de protocolo, se deveria vir e estar lá ou não.
- **O Sr. Presidente** esclareceu que as pessoas sempre puderam assistir às reuniões públicas que se realizavam, que era uma por mês, pelo que esta situação não é de agora.
Esclareceu ainda que já há muitos anos que o Hugo Gaspar e o Nuno Saraiva vêm sendo acompanhados e homenageados pela Câmara.
- **O Sr. Vereador António Santos saudou todos os presentes e de seguida abordou os seguintes assuntos:**
 - ⇒ Elogiou as comemorações do 25 de abril e fez suas as palavras da Sr.ª Vereadora Alexandra, referindo que os 40 anos do 25 de abril foram maravilhosos, foi muito bonito e também foi bonito ouvir o Presidente da Câmara falar sem apupos.
 - ⇒ Referiu que a Câmara tem que melhorar nas respostas, mas é de elogiar que se está a responder, como é o caso do jazigo e da empresa CARFI.
 - ⇒ Disse que no dia 25 de abril estava inspirado pela data e fez um quadro a espátula sobre essa data e pensou oferecê-lo à Câmara. De seguida mostrou o quadro,

referindo que é o seu gesto para comemorar os 40 anos do 25 de abril, oferecendo-o ao Sr. Presidente, que em nome de todos os munícipes.

- ⇒ Seguidamente apresentou dois reparos, um sobre a água do lago do Parque da Cerca, que está muito suja e deita cheiro, pelo que tem de ser limpa, e o outro sobre as calçadas que estão degradadas e têm que ser arrançadas.
- ⇒ Deixou a ideia, comparando com Leiria, para que no decorrer do Mundial de Futebol a Câmara colocasse um ecrã gigante no centro, para a transmissão dos jogos de Portugal.
- ⇒ Perguntou quem explora o bar de S. Pedro e qual a renda que paga.

▪ **A Sr. ^a Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e de seguida abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Perguntou qual o ponto da situação do parecer jurídico pedido pela ANMP sobre a privatização da EGF, porque se trata de uma situação para a qual todos devem estar atentos.
- ⇒ Apresentou a situação relatada por uma moradora na Rua Nova da Comeira, cujo pavimento abateu, e como se trata de uma rua com muito movimento perguntou se vai ser arrançada ou não, de forma a minimizar o barulho causado pelos carros quando lá passam.
- ⇒ Relativamente à ideia que tinha apresentado sobre o Ponto Novo, perguntou se ainda é possível fazer alguma coisa este ano.
- ⇒ Sobre o 25 de abril referiu que foi uma cerimónia muito bonita, que gostou muito das iniciativas do Nariz, que apesar de se destinar ao público infantil foi muito bom, pena que tenha sido pouco divulgado. Questionou ainda se existe o hábito de convidar os Vereadores a estarem presentes na varanda da Câmara, se é uma prática comum ou não.

▪ **O Sr. Vereador Vítor Pereira saudou o regresso da Sr.^a Vereadora Maria João e também a sua intervenção política no âmbito do POUS às eleições do Parlamento Europeu, abordando depois os seguintes assuntos:**

- ⇒ Referiu que a EGF é uma questão de política nacional mas que importa a todos e ainda bem que o + Concelho se preocupa, apesar de ter dito que não se importava com a política.
- ⇒ Agradeceu a colaboração de todos nas iniciativas do 25 de abril, apesar de haver falhas e que têm que ser melhoradas, nomeadamente na comunicação e divulgação. Realçou as mais de 1.200 pessoas na mostra da indústria de moldes e as mais de 900 no NAC, na noite de 25 de abril.
- ⇒ Sobre os atletas referiu que a Câmara vai apoiar os filhos da terra.
- ⇒ Sobre a colocação do ecrã informou que o aluguer importa em mais de quarenta mil euros, é muito dinheiro e nesta altura de crise poderia ser uma afronta a quem tem tantas necessidades, apesar de gostar da ideia.

Às questões colocadas no âmbito das suas áreas de atuação, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ A situação da Moita está a ser estudada, porque não é de agora, e tem que ser visto se a vala foi ou não emanilhada e por quem.
- ⇒ O Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu que essa informação seja transmitida à município, tendo o Sr. Vereador Paulo Vicente respondido que a situação foi colocada ao Presidente da Junta e tem sido por essa via que a Câmara tem tratado o assunto.
- ⇒ Sobre a limpeza dos terrenos informou que as notificações estão a ser feitas, uma vez que a Câmara não pode entrar nos terrenos particulares.
- ⇒ Relativamente à fachada do ATRIUM a Câmara é do condomínio e este já foi notificado.
- ⇒ Os parques infantis são fiscalizados pela ASAE e a Câmara também tem uma comissão de trabalhadores que os fiscaliza. Os equipamentos vão ser certificados e depois colocados, já lá estão as máquinas em obra. O mobiliário urbano vandalizado vai sendo reposto.
- ⇒ Para a reparação das calçadas, e porque a Câmara não tem calceteiros, tem que ser aberto concurso. Agora até para tapar buracos a Câmara terá que abrir concurso.
- ⇒ O contrato do Café da Praia, em S. Pedro de Moel, foi rescindido a pedido do anterior explorador. Futuramente, no âmbito do POOC, irá haver um apoio de praia, mas não se sabe onde será. Para este ano a Câmara não interveio em nada, e a Sr.^a Natália Loureiro veio ter com a Câmara, já abriu, libertando o espaço que ela ocupava do outro lado da praia. Não tem pagamento, a contrapartida é a vigilância da praia.
- ⇒ Sobre a Rua Nova da Comeira informou que vai analisar a situação.

▪ O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Estamos a notificar os proprietários dos terrenos, não esquecendo que o maior proprietário é o Estado e não faz a limpeza.
- ⇒ Sobre o ATRIUM informou que o responsável é o condomínio, a quem a Câmara já chamou a atenção.
- ⇒ Sobre o ecrã informou que se vai ver o que é possível fazer, pois há que estabelecer prioridades.
- ⇒ A vegetação do Ponto Novo foi limpa mas o material encontra-se todo na ribanceira, uma vez que não retiraram os arbustos que cortaram.
- ⇒ Informou que a ANMP já tem um semi-parecer sobre a EGF, com o qual, pessoalmente, não concorda. Na próxima reunião falaremos sobre o assunto, e se for necessário será marcada uma reunião extraordinária da Câmara e até da Assembleia Municipal.
- ⇒ Agradeceu ao Sr. Vereador António Santos a oferta do quadro.
- ⇒ Sobre a presença na varanda da Câmara na noite de 25 de abril referiu que não há protocolo, há apenas um hábito de os eleitos virem à varanda, quer sejam

Vereadores, Presidentes das Juntas de Freguesia ou membros da Assembleia Municipal.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, para responder à Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que aquilo que está escrito foi para as pessoas que estiveram no Tribunal e que foram eleitas. Se a Vereadora Alexandra e o Vereador Vítor não estiveram lá, e não estiveram, mas os que estiveram puseram essa questão à Juíza, que lhes respondeu dizendo que não era uma questão para ser colocada ali. Nos dias seguintes não tirou fotografias mas viu pessoas a consultar as listas e a tirar fotos com os telemóveis. Não vai dar nomes. Continua a achar que as gravações das reuniões deveriam ser um ato normal. A liberdade de expressão contempla aquelas situações e a Vereadora não está ali incluída. São aqueles que hoje têm funções no Município e que estiveram no Tribunal. Não é para aqueles que não estiveram lá, como é o caso da Vereadora Alexandra.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que esteve no sorteio e que o Vereador Aurélio não ouviu da sua boca qualquer expressão. O que o Sr. Vereador ouviu foi um mandatário perguntar quando é que as listas podiam ser consultadas. Não se revê no que o Sr. Vereador Aurélio disse e não se sente ofendido porque o Sr. Vereador não tem categoria para o ofender.

O **Sr. Presidente** disse que o Sr. Vereador Aurélio mente, porque essa pergunta não foi feita à Sr.ª Juíza (quando é que se podia impugnar?).

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** retorquiu afirmando que essa pergunta foi feita.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que o mandatário perguntou quando é que se podiam consultar as listas, pelo que o Sr. Vereador Aurélio mente, uma vez que essa pergunta não foi feita.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que esta troca de palavras não leva a lado nenhum, e que aquilo que o Vereador Aurélio escreve e vem escrevendo nos jornais quase que o força a escrever um artigo a pedir-lhe que dê o nome às coisas. Perguntou onde está a transparência e aquilo que vem dizendo de que consigo seria diferente. Quer tudo regulamentado, nem parece uma atitude de empresário. Esclareceu que não esteve no Tribunal e que nunca esteve contra os movimentos, mas sente-se ofendido, porque é eleito com responsabilidades políticas, pelo que o Sr. Vereador Aurélio vai ter que lhe explicar onde é que condicionou munícipes e trabalhadores. Referiu ainda que se houvesse gravações das reuniões o Sr. Vereador Aurélio já teria tido problemas, porque já aqui fez afirmações sobre um munícipe e depois não as manteve. O que o Sr. Vereador disse é grave, porque ofende, e vai ter que provar as afirmações.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** pediu para responder e esclarecer que o + Concelho não é nem nunca esteve contra os partidos políticos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:20 horas às 11:30 horas.

A reunião foi retomada, com a continuação da ordem do dia, tendo o Sr. Presidente informado que a reunião de trabalho a realizar com a empresa CARFI se encontra marcada para o dia 16/05/2014, às 11:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 2014

367 - Presente a ata n.º 9, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de abril de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes, por não ter estado presente nessa reunião.

3 - REQ. N. 609/14, DATADO DE 30/04/2014 – PC N.º 134/14, DATADO DE 30/04/2014 – FACOMPRIL, FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS, LDA.

368 - Presente pedido com o registo n.º 609/14, datado de 30/04/2014 relativo ao **pedido de informação prévia para alteração de edifício industrial e instalação de uma unidade industrial do tipo 2**, num terreno sito na Rua 10 de Junho, freguesia de Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 134/14, com data de entrada de 30/04/2014, apresentado por **FACOMPRIL, FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS, LDA.**, com o NIPC 501 936 840, com sede na Rua de Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria;

Presente informação técnica, datada de 30/04/2014, que atesta ser viável o pedido em causa;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

- 1. Informar, nos termos do disposto no artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a operação de alteração de edifício industrial e instalação de uma unidade industrial do tipo 2, num terreno sito na rua 10 de Junho, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 645 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 525, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 134/14, com data de entrada de 30/04/2014, apresentado por FACOMPRIL, FABRICAÇÃO DE COMPONENTES METÁLICOS, LDA., com o NIPC 501 936 840, com sede na Rua de Francisco Maia, freguesia de Milagres e concelho de Leiria.**
- 2. Informar que o local se encontra dotado de infraestruturas de abastecimento de água, rede de drenagem de esgotos domésticos com um diâmetro de 200 mm e de drenagem de esgotos pluviais, com um diâmetro de 400 mm.**
- 3. Informar que o processo de comunicação prévia a apresentar, nos termos do disposto no artigo 35º do RJUE deverá ser antecedido da obtenção, junto da respetiva entidade coordenadora do licenciamento industrial, da decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização prévia, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 17º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.**
- 4. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 14º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá igualmente notificar-se da presente deliberação o proprietário (locador financeiro) da parcela a que se reporta o presente pedido, Banco Comercial português, com sede na Praça D. João I, n.º 28, 4000-295 Porto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 534/14, DATADO DE 14/04/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES

369 - Presente requerimento n.º 534/14, datado de 2014/04/14, constante do processo camarário n.º 352/12, subscrito por **MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES**, com o NIF n.º 107410362, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo”** existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e

inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/16, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo” existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 352/12, com data de entrada em 2012/11/22, apresentado por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES, com o NIF n.º 107410362, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 347/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 68/14, DATADO DE 10/03/2014 – IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA.

370 - Presente pedido com o registo n.º 347/14, datado de 10/03/2014 relativo a **ampliação e alteração de uma unidade industrial**, sita na Rua da Serração, n.º 73, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11542 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19740-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/14, com data de entrada de 10/03/2014, apresentado por **IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto – Cova da Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16/04/2014, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação e alteração de uma unidade industrial, sita na rua da Serração, n.º 73, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11542 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19740-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 68/14, com data de entrada de 10/03/2014, apresentado por IMOPLASTIC - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 500 988 757, com sede na estrada do Pero Neto – Cova da Raposa, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 583/14, DATADO DE 24/04/2014 – PC N.º 97/14, DATADO DE 28/03/2014 – RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ

371 - Presente requerimento n.º 583/14, datado de 2014/04/24, constante do processo camarário n.º 97/14, subscrito por **RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ**, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Formosa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.000 e omissa na matriz, com o número de processo 97/14, com data de entrada em 2014/04/24, apresentado por RUI MONTEIRO DE SOUSA CRUZ, com o NIF 196149789, residente na Rua Formosa, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, e

considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua Formosa, com largura mínima de 1,40m e alinhamento definido na continuidade do alinhamento do muro de vedação existente no prédio confinante a Nascente e pavimentação da respetiva zona envolvente ao referido arruamento. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 300/14, DATADO DE 28/02/2014 – PC N.º 62/14, DATADO DE 28/02/2014 – JOSÉ LUÍS MONTEIRO DOS SANTOS

372 - Presente pedido com o registo n.º 300/14, datado de 28/02/2014 relativo a **ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial** situada na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.701 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 791, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/14, com data de entrada de 28/02/2014, apresentado por **JOSÉ LUÍS MONTEIRO DOS SANTOS**, com o NIF 125679742, residente na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 30/04/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial situada na Rua da**

Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.701 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 791, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/14, com data de entrada de 28/02/2014, apresentado por José Luís Monteiro dos Santos, com o NIF 125679742, residente na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 2.- Deverá proceder, no âmbito do licenciamento industrial, à mera comunicação prévia das alterações, de acordo com o disposto no artigo 33.º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 521/14, DATADO DE 10/04/2014 – PC N.º 114/14, DATADO DE 10/04/2014 – BOLLINGHAUS STEEL S.A.

373 - Presente pedido com o registo n.º 521/14, datado de 10/04/2014 relativo a **ampliação de uma unidade industrial**, sita na travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 114/14, com data de entrada de 10/04/2014, apresentado por **BOLLINGHAUS STEEL S.A.**, com o NIPC 503 752 533, com sede na Travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 29/04/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada

pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação de uma unidade industrial, sita na travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2925 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3105, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 114/14, com data de entrada de 10/04/2014, apresentado por BOLLINGHAUS STEEL S.A., com o NIPC 503 752 533, com sede na travessa da Indústria, n.º 6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

2.- Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera, igualmente, informar o requerente que a alteração da unidade industrial apresentada se insere no procedimento de mera comunicação prévia, por força do disposto no n.º 5 do artigo 39º do Sistema de Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto devendo a mesma ser apresentada, para efeitos do licenciamento da atividade industrial, à respetiva entidade coordenadora competente, de acordo com o disposto no artigo 33º do SIR.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 530/14, DATADO DE 14/04/2014 – PC N.º 66/09, DATADO DE 13/04/2009 – MANUEL PINTO

374 - Presente requerimento n.º 530/14, datado de 2014/04/14, constante do processo camarário n.º 66/09, subscrito por MANUEL PINTO, com o NIF n.º 165556684, com residência na Rua do Lamarão, n.º 38, Lugar de Camarnal, Freguesia de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização, alteração e ampliação de moradia unifamiliar e anexos*” existentes, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Lamarão, n.º 38, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.062 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.742 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2013/05/30.

Presente Declaração de Compromisso na qual o requerente declara “(...) *que cede ao domínio público a área de 409,21m² para o actual arruamento de acesso à sua habitação e vizinhos. Mais declara, que quando a Câmara Municipal da Marinha Grande efectuar o prolongamento do actual arruamento, que não se opõe à cedência de mais 135,77m². As áreas mencionadas podem ser vistas no Levantamento Topográfico/Planta de Implantação (Des. N.º 40c), pertencente ao PC N.º 66/09, e da qual se anexa uma cópia.*”

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/24, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após análise do pedido de licenciamento da “*Legalização, alteração e ampliação de moradia unifamiliar e anexos*” existentes, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Lamarão, n.º 38, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1.062 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.742 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 66/09, apresentado por MANUEL PINTO, com o NIF n.º 165556684, com residência na Rua do Lamarão, n.º 38, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra. Caso a Câmara Municipal venha a executar a consolidação da Rua do Lamarão, com a configuração prevista no estudo de desenho urbano desenvolvido pelos respetivos serviços, o titular do prédio ficará sujeito à cedência da área 135,77m², conforme consta da peça gráfica correspondente ao “Desenho n.º 40c - Levantamento *Topográfico/Planta de Implantação*”.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
3. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 497/14, DATADO DE 04/04/2014 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013
– JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ

375 - Presente requerimento n.º 497/14, datado de 2014/04/04, constante do processo camarário n.º 395/13, subscrito por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ, com o NIF

104155256, residente na Rua do Caminho Velho, n.º 12, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Construção de uma habitação unifamiliar”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.835 da freguesia de Moita, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2014/01/09.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/16, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma habitação unifamiliar”, no prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1835 da freguesia de Moita, com o número de processo 395/13, com data de entrada em 2013/10/25, apresentado por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ, com o NIF 104155256, residente na Rua do Caminho Velho, n.º 12, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação — RJUE — DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, incluindo o alargamento do passeio existente na estrema do prédio confinante com a Rua Augusto Costa, passando a dispor da largura de 1,60m ao longo deste arruamento, prolongando a sua execução ao longo do gaveto desta rua com a Rua das Oliveiras, por forma a efetuar a concordância com o muro aí existente.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 444/14, DATADO DE 27/03/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014
– ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR

376 - Presente pedido de licenciamento com o registo n.º 444/14, datado de 27/03/2014 relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para indústria do tipo 3** de um edifício sito na Travessa Fernando José Alvarez Baridó, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.972 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por **ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR**, com o NIF 153 833 149, residente na Travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 21/04/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para indústria do tipo 3** de um edifício sito na Travessa Fernando José Alvarez Baridó, Guarda Nova, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.972 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por **ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR**, com o NIF 153 833 149, residente na Travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, Marinha Grande freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a

concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 483/14, DATADO DE 02/04/2014 – PC N.º 67/14, DATADO DE 07/03/2014
– JOSÉ ROSA SOARES**

377 - Presente pedido com o registo n.º 483/14, datado de 07/03/2014 relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para clube**, de um edifício sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 232, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.546 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.008, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 67/14, com data de entrada de 02/04/2014, apresentado por **JOSÉ ROSA SOARES**, com o NIF 121581926, residente no Largo da Estação, n.º 54, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 30/04/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações e alteração de uso para clube, de um edifício sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 232, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.546 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.008, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 67/14, com data de entrada de 02/04/2014, apresentado por **JOSÉ ROSA SOARES, com o NIF 121581926, residente no Largo da Estação, n.º 54, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 624/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 172/12, DATADO DE 16/09/2012 – JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO

378 - Presente requerimento n.º 624/14, datado de 2014/05/02, constante do processo camarário n.º 172/12, subscrito por JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO, com o NIF 217429165, com residência na Rua da Cavadinha, n.º 8, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento das alterações levadas a efeito na obra de “Construção de moradia”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 23 de Outubro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.661 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 817-P da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, para a qual foi atribuído alvará de obras de construção n.º 89/12, de 3 de setembro de 2012.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/05, que refere que as alterações ao projeto de arquitetura constante do referido processo de licenciamento, se encontram aptas a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) das alterações levadas a efeito na obra de “*Construção de moradia*”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 23 de Outubro, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.661 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 817-P da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 172/12, com data de entrada em 2012/06/19, apresentado por JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO, com o NIF 217429165, com residência na Rua da Cavadinha, n.º 8, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentado para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 453/14, DATADO DE 28/03/2014 – PC N.º 367/12, DATADO DE 18/12/2012 – AUGUSTO PEREIRA PINTO

379 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 2063/12, 253/13 e 453/14, datados de 2012/12/18, 2013/02/22 e 2014/03/28, respetivamente, processo n.º 367/12, a solicitar o licenciamento da obra de ampliação e alteração (legalização) do edifício habitacional sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.448 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.868, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por AUGUSTO PEREIRA PINTO, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2014/04/17, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de ampliação e alteração (legalização) do edifício habitacional sito na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14.448 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.868, com o processo n.º 367/12, apresentado por AUGUSTO PEREIRA PINTO, com o NIF 113979193, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 104, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2014/04/17, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por:

a) O telheiro projetado cobrir o logradouro lateral sul do edifício para onde está voltado o vão de iluminação e ventilação de um dos quartos da habitação contígua, originando desconformidade com a norma contida no n.º 1 do artigo 71º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, transcrevendo-se:

“Artigo 71.º

1. Os compartimentos das habitações referidos no n.º 1 do artigo 66º serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação direta com o exterior e cuja área total não será inferior a um décimo da área do compartimento com o mínimo de 1,08 m² medidos no tecto.”

b) Os elementos apresentados em aditamento, pelo requerimento número 453/14, registado em 28/03/2014, na sequência da comunicação efetuada através do ofício número 140/14, datado de 04/02/2014, não vieram sanar as deficiências instrutórias do processo, pelo que, persistem incoerências entre os diversos objetos descritos no pedido, incoerências no conteúdo da memória descritiva, bem como no conteúdo das peças desenhadas. Tais incoerências prejudicam e impedem a tomada de decisão sobre o pedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 275/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 56/14, DATADO DE 24/02/2014 – MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO

380 - Presente pedido com o registo n.º 275/14, datado de 24/02/2014, relativo ao licenciamento de alteração de edifício destinado a comércio e habitação, sito na Avenida José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.323 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.306, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 56/14, com data de entrada de 24/02/2014, apresentado por **MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO**, com o NIF 161612687, residente na Avenida José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 28/04/2014, que refere não se encontrar o processo em condições de ser deferido, por violar normas legais aplicáveis aos projetos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR a requerente, MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO, com o NIF 161612687, residente na Avenida José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que esta refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente ao pedido de licenciamento de alteração de edifício destinado a comércio e habitação, sito na Avenida José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.323 e inscrito na

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.306, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar o disposto no n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril, ao apresentar um compartimento de habitação sem qualquer vão de iluminação e ventilação.

Delibera igualmente informar a requerente que deverá, no mesmo âmbito, esclarecer a aparente contradição entre o número de fogos previstos nas peças escritas do projeto, que consagram apenas um e as peças desenhadas, em que se registam pelo menos dois.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 804/12, DATADO DE 10/05/2012 – PC N.º 08/10, DATADO DE 21/01/2010 –
HÉLDER CARLOS DE SOUSA MORGADO**

381 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 804/12, datado de 2012/05/10, constante do processo camarário n.º 08/10, referente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, a levar a efeito no lote n.º 1 do loteamento urbano sito no lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9428 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14073 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por **HÉLDER CARLOS DE SOUSA MORGADO**, com o NIF n.º 104720115, residente na Alameda da Fonte Velha, bloco C - 2, n.º 48, 1.º esq., Quinta da Beloura, freguesia de São Pedro de Penaferrim, concelho de Sintra.

Presente despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, datado de 2010/03/22, pelo qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 30 dias para se pronunciar sobre os motivos subjacentes à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/04/01, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, dado não se encontrarem sanadas todas as questões que motivaram a proposta de indeferimento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, a levar a efeito no lote n.º 1 do loteamento urbano sito no lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9428 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14073 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por **HÉLDER CARLOS DE SOUSA MORGADO, com o NIF n.º 104720115, residente na Alameda da Fonte Velha, bloco C - 2, n.º 48, 1.º esq., Quinta da Beloura, freguesia de Penaferrim, concelho de Sintra, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de**

dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente a alínea a) do n.º 1 do art. 28.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao propor a construção de muros de vedação sobre área afeta a Servidão do Domínio Público Hídrico, dado se verificar a existência de vala pública confinante a sul do referido lote.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 510/14, DATADO DE 08/04/2014 – PC N.º 99/13, DATADO DE 16/04/2013 – AFONSO JESUS CAMINHO

382 - Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, elaborou-se a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimentos n.º 55/13 e 510/14, registados em 2013/04/16 e 2014/04/08, respetivamente, processo n.º 99/13, a solicitar o **licenciamento de obra de construção de barracão agrícola**, no prédio urbano com a área de 8794 m2, sito na Rua do Bico, lugar de Garcia, na freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10766 e omisso na matriz predial, apresentado por **AFONSO JESUS CAMINHO**, com o NIF 193487489, residente na Rua do Bico, n.º 63, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2014/04/10, que refere que o interessado não considerou as orientações que lhe foram comunicadas, em sede de audiência prévia, sobre as condições de viabilidade de construção no prédio em questão;

Após análise do pedido de licenciamento de obra de construção de barracão agrícola, no prédio urbano com a área de 8794 m2, sito na Rua do Bico, lugar de Garcia, na freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10766 e omisso na matriz predial, com o processo n.º 99/13, com data de entrada de 2013/04/16, apresentado por AFONSO JESUS CAMINHO, com o NIF 193487489, residente na Rua do Bico, n.º 63, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2014/04/10, e uma vez que o interessado depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia apresentou alegações, sendo que essas não traduzem a adequação do projeto às condições comunicadas de viabilidade de construção no prédio, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido, no termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares, nomeadamente o artigo 61.º do Regulamento Geral das Edificações urbanas - RGEU, por não ter sido alterada a implantação do edifício nos moldes comunicados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

18 - REQ. N. 600/14, DATADO DE 29/04/2014 – PC N.º 184/2014, DATADO DE 29/04/2014 – ANIBAL SANTOS MARTINHO

383 - Presente requerimento registado sob o n.º 600/14, datado de 29/04/2014, em apreço, apresentado por **ANIBAL SANTOS MARTINHO**, com o NIF 132184729, residente em Rua Luís de Camões, Bloco 10 A, MO5, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade.

Presente parecer dos serviços, datado de 29/04/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 12/02/2014, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao imóvel sito em Rua Luís de Camões, Bloco A, MO5, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com sede em Avenida Manuel da Maia, n.º 58, freguesia de São João de Deus e concelho de Lisboa, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.
DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 21/05/2014, pelas 9h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

Informar a requerente e a entidade proprietária do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, a referida entidade proprietária do imóvel poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 2591/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 219/08, DATADO DE 06/06/2008
– ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO

384 - Presente de pedido de **licenciamento referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 219/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado **ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO**, com o NIF 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 02/05/2014.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 02/05/2014, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1- Considerando que o interessado, António Ferreira Diniz Barroseiro., com o NIF 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento licenciamento referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 219/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 12/08/2010, comunicada através do ofício n.º 955/10, de 18/08/2010, rececionado em 23/08/2010;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 23/08/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 30/12/2011, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 13/12, de 09/01/2012 e rececionado em 11/01/2012;
- 4- Considerando que o interessado tinha até ao dia 23/08/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 87/10, referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 219/08, incidente sobre um prédio sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o numero 7.164, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO, com o NIF 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 822/10, DATADO DE 13/04/2010— PC N.º 66/10, DATADO DE 13/04/2010
— PAULO JORGE FERREIRA SOUSA

385 - Presente pedido de licenciamento da obra de **construção de muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 66/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.162 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.043, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **PAULO JORGE FERREIRA SOUSA**, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 30/09/2010.

Presente informação datada de 05/05/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 30/09/2010, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de construção de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 66/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.162 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.043, da referida freguesia de Marinha Grande;

-O titular do processo de licenciamento nº 66/10, Paulo Jorge Ferreira Sousa, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 329/13, datado de 05/04/2013, rececionado em 10/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo pedido de licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará no prazo previsto no n.º 1 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e

pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 02/05/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 66/10, PAULO JORGE FERREIRA SOUSA, com o NIF n.º 111607175, residente na Rua da Escola, n.º 19, Lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento referente à obra de construção de muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 66/10, incidente sobre um prédio sito em Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, lugar de Fonte Santa, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.162 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.043, da referida freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 326/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 330/06, DATADO DE 16/05/2006 – ANABELA SOUSA JORGE

386 - Presente requerimento n.º 326/14, datado de 6 de março de 2014, de **Anabela Sousa Jorge**, titular do processo de licenciamento de construção de moradia e anexo com obras de urbanização, designadamente, as referentes à execução de trabalhos relativos à extensão do colector da rede de esgotos, com o n.º 330/06, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 44/08, em 22/02, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5.223 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo numero 5.356, da respetiva freguesia, localizado em Travessa do Barqueiro, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das infraestruturas – rede de águas residuais domésticas – e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa execução.

Presentes documentos e informações técnicas que recaíram sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão da requerente, Anabela Sousa Jorge, titular do processo de licenciamento de construção de moradia e anexo com obras de urbanização, com o n.º 330/06, para o qual foi emitido o alvará de construção n. 44/08, em 22/02, incidente

sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5.223 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 5.356, da respetiva freguesia, localizado em Travessa do Barqueiro, lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva e a libertação da caução prestada mediante depósito efetuado nos cofres da Tesouraria desta Câmara Municipal, com vista à boa e regular execução das obras de urbanização, conforme disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJUE - o pedido de receção definitiva das infraestruturas realizadas no âmbito do processo de licenciamento da construção de moradia e anexo, designadamente rede de águas residuais domésticas, por as mesmas se encontrarem em boas condições de conservação e funcionamento;
2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE o montante remanescente da caução prestada pela requerente mediante depósito nos cofres da tesouraria desta Câmara Municipal, através da Guia de Receita numero 566, datada de 24/07/2007, com vista a garantir a adequada execução das infraestruturas, no montante de 704,47 € (setecentos e quatro euros e quarenta e sete cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 421/14, DATADO DE 21/03/2014 – PC N.º 823/03, DATADO DE 31/10/2003 – JOSÉ MANUEL GOMES CARDOSO

387 - Presente requerimento n.º 421/14, datado de 21 de março de 2014, de JOSÉ MANUEL GOMES CARDOSO, titular do processo de licenciamento de construção de moradia, anexos e muros, com obras de urbanização, designadamente, execução de rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais pluviais e infra-estruturas viárias, com o n.º 823/03, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 315/06, de 25 de outubro, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.680 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.339-P, da respetiva freguesia, localizado em Travessa da Sede, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das infraestruturas e a libertação da caução prestada mediante a garantia bancária n.º 329 656 do Banco Espírito Santo, datada de 27 de setembro de 2006, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, conforme disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE.

Presentes documentos e informações técnicas que recaíram sobre o requerimento.

Após análise da pretensão do requerente, JOSÉ MANUEL GOMES CARDOSO, titular do processo de licenciamento de construção de moradia, anexos e muros, com obras de urbanização, designadamente, execução de rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais pluviais e infra-estruturas viárias, com o n.º 823/03, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 315/06 de 25 de outubro, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.680 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.339 – P, da respetiva freguesia, localizado em Travessa da Sede, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva e a libertação da caução prestada com vista à sua adequada execução e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJUE - o pedido de receção definitiva das infraestruturas realizadas, designadamente infraestruturas viárias, rede de abastecimento de água e rede de águas residuais domésticas, por as mesmas se encontrarem em boas condições de conservação e funcionamento;
2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJEU o montante remanescente da caução prestada pela requerente mediante a garantia bancária n.º 329 656 do Banco Espírito Santo, datada de 27 de setembro de 2006, com vista a garantir a adequada execução das infraestruturas, no valor de 915,55€ (novecentos e quinze euros e cinquenta e cinco cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 627/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 138/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

388 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 627/14, datado de 02/05/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 11,00 metros de betuminoso e 7,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua de Alvaiázere, n.º 15; Rua do Baixo Alentejo, n.º 44 e n.º 44-A; Rua da Beira Baixa, frente ao n.º 30 (lugar de Trutas) e Rua das Sorraipas, n.º 34 (lugar de Amieirinha), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/03/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura

de vala em 11,00 metros de betuminoso e 7,00 metros de calçada, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua de Alvaiázere, n.º 15; Rua do Baixo Alentejo, n.º 44 e n.º 44-A; Rua da Beira Baixa, frente ao n.º 30 (lugar de Trutas) e Rua das Sorraipas, n.º 34 (lugar de Amieirinha), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 628/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 139/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

389 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 628/14, datado de 02/05/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala, a levar a cabo em diversas ruas do concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, designadamente em Rua do Bico, Rua dos Lapidários/Rua 26, Rua 1.º de Maio, Rua 1.º de Janeiro, Travessa dos Bernardinos, Travessa Valverde, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/03/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., a levar a cabo em diversas ruas do concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, designadamente em Rua do Bico, Rua dos Lapidários/Rua 26, Rua 1.º de Maio, Rua 1.º de Janeiro, Travessa dos Bernardinos, Travessa Valverde, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Na Rua do Bico e na Rua dos Lapidários/Rua 26, a rede deve ser executada pela berma e, sempre que possível, pelo passeio;

- c) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 629/14, DATADO DE 02/05/2014 – PC N.º 140/14, DATADO DE 02/05/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

390 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 629/14, datado de 02/05/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 30,00 metros de betuminoso, 15,00 metros de calçada e 1,50 metros de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, Avenida John Bear, n.º 13; Rua Cabine das Trutas, n.º 9, Rua de Óbidos, n.º 48, Rua Sociedade Desportiva e Recreativa das Trutas, n.º 16, Rua dos Oleiros, n.º 55, Travessa à Rua da Beira Baixa, n.º 24 e n.º 24 B, Rua 42, n.º 48, lugar de Trutas, Rua Joaquim da Silva Couceiro, n.º 32, lugar de Ordem, Rua Jornal a Autonomia, n.º 11, lugar de Embra, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 02/04/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 30,00 metros de betuminoso, 15,00 metros de calçada e 1,50 metros de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em várias ruas do concelho, designadamente, Avenida John Bear, n.º 13; Rua Cabine das Trutas, n.º 9, Rua de Óbidos, n.º 48, Rua Sociedade Desportiva e Recreativa das Trutas, n.º 16, Rua dos Oleiros, n.º 55, Travessa à Rua da Beira Baixa, n.º 24 e n.º 24 B, Rua 42, n.º 48, lugar de Trutas, Rua Joaquim da Silva Couceiro, n.º 32, lugar de Ordem, Rua Jornal a Autonomia, n.º 11, lugar de Embra, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - REQ. N. 488/14 , DATADO DE 03/04/2014 – PC N.º 38/14, DATADO DE 07/02/2014
– CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. e PT COMUNICAÇÕES, S.A.**

391 - Presente requerimento n.º 488, registado em 2014/04/02, no âmbito do processo n.º 38/14, a solicitar a certificação de que edifício, destinado a habitação, comércio e/ou serviços e armazém, sito na Av. Vítor Gallo, s/n.º, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.861, da respetiva freguesia, reúne os requisitos para ser submetido ao regime de **propriedade horizontal**, nos moldes constantes do pedido formulado por **CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**, com o NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e por **PT COMUNICAÇÕES, S.A.**, com o NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa.

Presente parecer técnico datado de 2014/04/10, que atesta estar o pedido em condições de se promover a emissão da certidão nos termos descritos no pedido e no respetivo parecer.

Após a análise do pedido, formulado pelo requerimento n.º 488, registado em 2014/04/02, processo n.º 38/14, a solicitar a certificação de que edifício destinado a habitação, comércio e/ou serviços e armazém, sito na Av. Vítor Gallo, s/n.º, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.861, da respetiva freguesia, reúne os requisitos para ser submetido ao regime de propriedade horizontal, requerido por CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., com o NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e por PT COMUNICAÇÕES, S.A., com o NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.

Delibera, ainda, determinar a emissão da certidão requerida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 509/14, DATADO DE 08/04/2014 – PC N.º 1101/99, DATADO DE 01/09/1999 – FERNANDO GAMEIRO

392 - Presente processo n.º 1101/99, em nome de **FERNANDO GAMEIRO**, residente na Rua Faria da Gama, n.º 3, Lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, respeitante ao **licenciamento de uma habitação multifamiliar**, sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, lugar de Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente auto de vistoria datado de 10 de dezembro de 2013.

Presentes informações técnicas datadas de 20 de janeiro e 30 de abril de 2014.

Presente parecer jurídico datado de 20 de março de 2014.

A Câmara Municipal apreciou as informações técnicas de 20-01-2014 e de 30-04-2014, o parecer jurídico datado de 20-03-2014, bem como o auto de vistoria, datado de 07-12-2013, referente ao processo n.º 1101/99, respeitante ao **licenciamento de uma habitação multifamiliar** sita na Rua das Laranjeiras à Garcia, lugar de Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande, e considerando que :

- 1-A rede de drenagem de águas pluviais, respeitante ao edifício já identificado, foi construída de acordo com o respetivo projeto da especialidade que instruiu o processo de licenciamento aprovado em 06-01-2001, em nome do interessado ou seja ficou ligada à valeta da Rua da Garcia, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
- 2-Essa ligação à valeta serve tanto o interesse do titular do processo, como o interesse público, porquanto a informação técnica produzida pela Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos - DISU, a 24-02-2014, não coloca qualquer objeção a esta solução;
- 3-O processo sofreu, no que diz respeito à ligação da rede de drenagem de águas pluviais, diversas vicissitudes resultantes das soluções contraditórias apresentadas, quanto a esta questão, pelos serviços técnicos ao longo do tempo;

A Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer jurídico, que se dá aqui por integralmente reproduzido e se anexa à ata (Anexo 1), delibera:

- **ACEITAR a solução de ligação da rede de drenagem de águas pluviais da habitação multifamiliar já devidamente identificada, propriedade de FERNANDO GAMEIRO, residente na Rua Faria da Gama, n.º 3, Lugar de Barrocas, freguesia e concelho de Pombal, à valeta existente na Estrada da Garcia da freguesia e concelho da Marinha Grande;**
- **EXIGIR, atendendo à natureza do projeto que não carece de aprovação por parte da Câmara Municipal, a apresentação, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro (RJUE), termo de responsabilidade pela execução do projeto, que garanta o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos e termo do diretor de obra nos termos do artigo 63.º do mesmo regime, especificando que a rede de águas pluviais foi executada de acordo com o projeto referido no antecedente número 1.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

27-A – REQ. N. 557/14, DATADO DE 21/04/2014 – PC N.º 54/14, DATADO DE 21/02/2014
– FÁBIO SILVA SANTOS

393 - Presente pedido com o registo n.º 557/14, datado de 21/04/2014 relativo a legalização de ampliação e licenciamento de obras de alteração de edifício para habitação e serviços – gabinete de estética, no edifício sito na Rua do Lavadouro, n.º 20 A, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 796 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 593, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/14, com data de entrada de 21/02/2014, apresentado por **FÁBIO SILVA SANTOS**, com o NIF 208 584 293, residente na Rua do Lavadouro, n.º 20 A, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 03/04/2014;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 24/04/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 29/04/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 23º do RJUE, propondo a sua aprovação.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliação e licenciamento de obras de alteração de edifício para habitação e serviços – gabinete de estética, no edifício sito na Rua do Lavadouro, n.º 20 A, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 796 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 593, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 54/14, com data de entrada de 21/02/2014, apresentado por **FÁBIO SILVA SANTOS, com o NIF 208 584 293, residente na Rua do Lavadouro, n.º 20 A, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 03/04/2014.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação da presente decisão, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando, também, a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos,

ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PRÉDIO DEVOLUTO – RUA DAS HORTINHAS, N.º 8, CASAL GALEGO – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: FILHAS DE SANTA MARIA DE GUADALUPE, CONGREGAÇÃO RELIGIOSA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

394 - Presente Participação da PSP-Polícia de Segurança Pública recebida nesta Câmara Municipal em 10-12-2013, na qual descrevem o estado de degradação interior e de insegurança no prédio devoluto sito na Rua das Hortinhas, n.º 8, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, referenciado como sendo utilizado por indigentes, sem abrigo, que nele pernoitam e nele fazem fogueiras ou para se aquecerem ou para confecção de alimentos. Refere esta autoridade policial que o facto do prédio ser de construção antiga, tendo na sua estrutura madeiras, aliado à existência de muitos outros materiais combustíveis nele existentes, designadamente vestuário amontoado, torna-o um risco em termos higio-sanitários e ambientais e constitui um elevado risco de foco de incêndio, colocando em causa a saúde e a segurança de pessoas e bens.

Presente cópia do contrato de fornecimento de água celebrado em 21-06-2000, do qual é titular a Congregação Religiosa Irmãs de Santa Maria de Guadalupe, titular do NIF 503516864, com sede no mesmo prédio do qual é proprietária.

Sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal apreciou e delibera, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 33.º, n.º 1, alínea w), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua das

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Hortinhas, n.º 8, Casal Galego, Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a saúde pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Arqtº. Ricardo Santos, Engº. Rui Vicente e Drº. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, os quais terão como suplentes, os técnicos Arqtº Alexandre Fava, Engº. Cristina Silva e Engº Vasco Fernandes, respectivamente, da mesma unidade orgânica.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à proprietária do prédio objeto da vistoria, Filhas de Santa Maria de Guadalupe, Congregação Religiosa, com sede na Rua das Hortinhas, n.º 8, Casal Galego (local onde recebe, ainda, as faturas de fornecimento de água que estão em dia) com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse concordar com a realização da vistoria, mas deve haver um equívoco, porque não pode ser o Nr.º 8.

Disse ainda que pela descrição do auto das forças de segurança, sendo invocada a utilização do edifício por parte de indigentes, sem abrigo, se torna igualmente importante e urgente:

1º - que seja deslocada uma equipa multidisciplinar, com técnicos da Câmara Municipal e da Segurança Social no sentido de avaliar as condições de vida e respectivas necessidades dos que estão a usufruir deste espaço;

2º - a elaboração de diagnóstico social;

3º - o encaminhamento para as estruturas locais de apoio;

4º - definição de projecto de vida para estes cidadãos.

Assim, para além da proposta de deliberação apresentada pelo executivo deve ser aditada a avaliação psicossocial destes cidadãos. Importante ainda solicitar à autoridade de saúde pública relatório relativo às condições higiénico-sanitárias."

29 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA JANUÁRIO MARTINS E RUA MÃE D'ÁGUA – CEDÊNCIA 2,56M2 DE TERRENO DA SRª. MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA

395 - Para a requalificação da rua Januário Martins e rua Mãe d'Água, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Maria Graciete da Silva Pereira Vilela Pereira, Contribuinte n.º 111 918 359, que confronta a norte com avenida 1.º de Maio, a sul com avenida do Vidreiro, a nascente com rua 9 de Abril e a poente com rua Mãe d'Água, com artigo

matricial n.º 13378. A proprietária do imóvel, concordou com a cedência do terreno (2,56m2) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro idêntico ao existente e isenção de taxas sobre ocupação da via pública durante os trabalhos de substituição da cobertura, após análise e deferimento da pretensão.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 2,56m2, do prédio urbano de que é proprietária Maria Graciete da Silva Pereira Vilela Pereira, com artigo matricial nº. 13378, que confronta a norte com avenida 1.ª de Maio, a sul com Maria Graciete da Silva Pereira Vilela Pereira, a nascente com Maria Graciete da Silva Pereira Vilela Pereira e a poente com rua Mãe d'Água, para requalificação da requalificação da rua Januário Martins e rua Mãe d'Água, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se construir um muro idêntico ao existente e isentar a proprietária de taxas sobre ocupação da via pública durante os trabalhos de substituição da cobertura, após análise e deferimento da pretensão, conforme consta da ficha anexa (Anexo 2) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RECEPÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

396 - Presente Auto de Recepção Provisória Parcial da obra de “Reabilitação do edifício da antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande – Concurso público nº 05/2010”, adjudicada por deliberação de Câmara, de dez de fevereiro de dois mil e onze, à empresa “Lena – Construções Atlântico, S.A.”, pelo valor de 3.975.000,00€ (três milhões, novecentos e setenta e cinco mil euros), relativo a:

- certificação das infraestruturas elétricas;
- colocação em serviço dos equipamentos de AVAC.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que os trabalhos foram executados de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente os trabalhos supra enunciados, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

397 - O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de festa de arraial de 16 a 18 de maio de abril de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado;

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de noite de música brasileira, no dia 10 de maio de 2014;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva ao evento.

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização da festa anual, no período de 30 de maio a 06 de junho de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado;
- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva ao evento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização do São João Bombeiro, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2014 e Porco no Espeto nos dias 14, 15, 16 e 17 de agosto de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para os eventos;

A Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização de baile de aniversário, no dia 17 de maio de 2014;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização da Festa dos Santos Populares, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2014;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 20/AF, 21/AF, 22/AF, 23/AF, 24/AF e 25/AF de 30 de abril de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, o Sport Império Marinhense, a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, a Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REALIZAÇÃO DO EVENTO “+ SAÚDE” – ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTO IMPROVISADO E DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO

398 – Presente requerimento do Movimento de Cidadãos Eleitores concorrentes à eleição das Autarquias Locais 2013 “+ Concelho Marinha Grande”, a solicitar a isenção de taxas pela emissão da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e da licença especial de ruído.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes referiu o seguinte:

“Persiste um vazio legal relativamente à existência jurídica de movimentos ou grupos de cidadãos, fora do período eleitoral, em contradição com o facto de terem sido sufragados pela população e terem candidatos eleitos em diferentes órgãos.”

Dada esta contradição, e por se tratar de um evento solidário para promoção da saúde, manifestaram-se desde logo favoráveis à concessão de licenças e de isenção de taxas os Senhores Vereadores Alexandra Dengucho, António Santos, Aurélio Ferreira e Maria João Gomes.

O Sr. Presidente manifestou que era necessário cumprir os condicionalismos administrativos para concessão deste tipo licenças, tendo a Sr.ª Vereadora Maria João Gomes assumido o compromisso de que seriam rigorosamente cumpridas.

Assim, a Câmara delibera, desde que verificados os condicionalismos legais necessários à emissão da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e da licença especial de ruído, isentar o Movimento de Cidadãos Eleitores concorrentes à eleição das Autarquias Locais 2013 “+ Concelho Marinha Grande” do pagamento das respectivas taxas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “PRODUÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE”.

399 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13957/2014 e informação 1/03/2014, com respetivo aditamento, todas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de ***“Produção da 1ª Edição das Festas da Cidade”***, a realizar no Parque da Cerca nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na disponibilização de um conjunto de equipamentos e de serviços tais como aluguer de tendas, WC’s, geradores, palco, sistema de som e luz e serviços de segurança do recinto, produção, direção de palco, apoio à divulgação externa do evento, catering e espectáculo, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 30/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à empresa DOMINGO NO MUNDO SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO, LDA, NIPC 505506386, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da prestação de serviços de ***“Produção da 1ª Edição das Festas da Cidade”***, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/123, tendo sido emitido o cabimento n.º 1088/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 41.000,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Produção da 1ª Edição das Festas da Cidade”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Produção da 1ª Edição das Festas da Cidade”*, a realizar no Parque da Cerca nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes declarou que votou a favor pela impossibilidade de, neste caso, fazer concurso público.

O Sr. Vereador Vítor Pereira explicou detalhadamente o programa das festas da cidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA” PARA O PERÍODO PREVISTO DE 01 DE JUNHO A 15 DEZEMBRO DE 2014.

400 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da

inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13083/2014 e informação I/638/2014, da DAM – Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de ***“Instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água”***, para o período previsto de 01 de junho a 15 dezembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 30/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a iniciar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, n.º1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação dos serviços de *“Instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água”*, tendo sido emitidos os cabimentos n.º 1105/2014 e 1106/2014, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 29.400,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água”*, para o período previsto de 01 de junho a 15 dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO

401 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando

aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente ao contrato identificado consubstancia a assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 39.997,36 euros, por antecipação da receita proveniente da participação variável no IRS a arrecadar no decorrer do ano de 2014, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM JUNHO DO CORRENTE ANO.

402 - Presente informação n.º 639/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 23 de abril, referente à necessidade de atualizar (anualmente) o valor das rendas das habitações sociais atribuídas, por intermédio de procedimento concursal, em junho do ano transato.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

Considerando que, em alguns casos os rendimentos das famílias em causa sofreram alterações e, noutros, não,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de junho do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:

1 – Rua António Lopes

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/2013	RENTA/2014
Francisco Henrique Cardoso	15	11/05/2013	62,80€	79,54€
Cristina Alexandra Moreira S. Lérias	44	11/05/2013	4,85€	4,85€
Leonel do Rosário Martins	47	11/05/2013	5,24€	4,85€
Ruben Filipe Boiça Moreno	64	11/05/2013	26,33€	26,33€
Dulce Helena Mendes Borges	70	11/05/2013	12,12€	4,85€
Fernanda do Rosário	87	11/05/2013	10,88€	44,38€
Maria da Graça Pedreiro G. Santos	93	22/05/2013	10,88€	11,10€

2 - Rua Bairro do Camarnal

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/2013	RENTA/2014
Daniela Sofia Gomes Veloso	46	13/05/2013	46,11€	46,12€
António José Dias Pereira	49	11/05/2013	5,24€	5,24€
Alfredo da Mota Silva	51	11/05/2013	5,02€	5,02€
Vera Filipa Grácio Bispo	52	11/05/2013	54,44€	60,27€

3 - Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/2013	RENTA/2014
Marina Alexandra F. Fernandes	18	11/05/2013	4,85€	4,85€
Luís Filipe Silva Ferreira	82	11/05/2013	4,85€	19,01€
Maria Antonieta Jesus Santos	88	11/05/2013	121,78€	85,50€
Sandra Maria do Carmo Pereira	91	11/05/2013	55,34€	56,54€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

4 – Avenida da Liberdade, Bloco L

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/2013	RENTA/2014
Maria Manuela S. Bento	4.º Esq.	11/05/2013	28,97€	28,97€
Leonor Mendes Duro	2.º Esq.º	15/05/2013	25,50€	22,84€

5 – Rua Professor Melo Vieira, Bloco 5

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/2013	RENTA/2014
Maria Cristina Miranda	3.º Esq.º	11/05/2013	44,60€	44,60€
Maria Ismênia Miranda Pereira	2.º Esq.º	03/04/2000	39,54€	39,83€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE JUNHO DE 2014

403 - Presente informação nº 633 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 22/04/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com o nº 2 do art. 8º do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio e, ainda com o nº1 do art. 26º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
3	Maria do Rosário Santos Reis	2ª Dto.	23/05/2005	15,04€	4,85€
7	Jorge Franco Vieira	R/C Esq.	27/03/2007	13,97€	4,85€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
1	Rosa Manuela F. Martins	2ª C	23/05/2007	4,85€	4,85€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no dia 01 de junho de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA OLGA CONCEIÇÃO JESUS OLIVEIRA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 2, 3ª DTO., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL

404 - Presente informação n.º 634 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 22 de abril de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração na constituição do agregado familiar e respetivo rendimento auferido pelo mesmo.

Considerando que houve alteração na constituição do agregado familiar, bem como alteração dos rendimentos auferidos pelo mesmo, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos) para 13,97€ (treze euros e noventa e sete cêntimos).

Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de junho de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2º E 3º PERÍODO DO ANO LETIVO 2013/2014.

405 - Presente informação nº 586/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 10/04/2014 referente à atribuição de apoio aos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2013/2014;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinados a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 2º e 3º período do ano letivo 2013/2014.

Valores dos subsídios

Estabelecimentos	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente Contribuinte nº 600 075 761	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente Contribuinte nº 600 076 768	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria Contribuinte nº 600 076 270	Ação do Plano de Actividades Municipais em 2014
------------------	--	--	---	---

Educação Pré-Escolar

VALOR 2014	4.800,00 €	8.100,00 €	2.400,00 €	Total 15.300€ Ação 28/A/2014
------------	------------	------------	------------	---

1.º Ciclo do Ensino Básico

VALOR 2014	10.860,00 €	8.940,00 €	3.480,00 €	Total 23.280€ Ação 29/A/2014
------------	-------------	------------	------------	---

VALOR 2014	15.660€	17.040€	5.880€	38.580€
------------	---------	---------	--------	----------------

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

1. Subsídio no valor de 15.660€ (Quinze mil seiscientos e sessenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr^a. Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430-053 Marinha Grande, nº fiscal 600075761;
2. Subsídio no valor de 17.040€ (Dezassete mil e quarenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 Marinha Grande, nº fiscal 600076768;
3. Subsídio no valor de 5.880€ (Cinco mil oitocentos e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 07/040305 das ações 20123 A/28 e 2013 A/29, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objecto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de setembro de 2014.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - APROVAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DA CASA DA CULTURA

406 - A Câmara Municipal da Marinha Grande é responsável pela gestão da Casa da Cultura - Teatro Stephens, equipamento privilegiado para a promoção e difusão das artes de palco e atividades relacionadas, como sejam conferências, palestras, formação, cinema e outras atividades análogas.

O objetivo fundamental da Casa da Cultura é formar, captar e fidelizar públicos.

A sua utilização pressupõe a promoção de atividades culturais variadas e com carácter regular, parcerias com instituições, associações e agentes culturais locais, uma programação em rede com os diversos equipamentos da cidade, regionais e nacionais.

Pretende-se com este regulamento, estabelecer as regras gerais de funcionamento, segurança e utilização do espaço, de forma a permitir o cumprimento dos objetivos, a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

otimizar as instalações e regular o seu uso por entidades públicas, privadas e pessoas singulares, permitindo assim que os seus utilizadores tenham conhecimento dos seus direitos e deveres.

Face ao exposto, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera aprovar o projeto de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura-Teatro Stephens, que se anexa (Anexo 3), submetendo-o à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos conjugados do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia sete de maio de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.475.086,99 €** (quatro milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitenta e seis euros e noventa e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

407 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

42. REQ. N. 631/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 141/14, DATADO DE 05/05/2014 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE
43. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DA BOCA DE CENA DA CASA DA CULTURA (ANTIGO TEATRO STEPHENS)”** – REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

42 - REQ. N. 631/14, DATADO DE 05/05/2014 – PC N.º 141/14, DATADO DE 05/05/2014
– ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE

408 - Presente requerimento n.º 631/14, datado de 2014/05/05, constante do processo camarário n.º 141/14, subscrito por ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração/ampliação de edifício”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.904 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2579 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer favorável emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro da Secretaria de Estado da Cultura, face à localização do prédio em Zona Especial de Proteção ao edifício que foi residência de Guilherme e João Diogo Stephens.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/07, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação, com determinadas condições.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/05/07, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Alteração/ampliação de edifício”* existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia de concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19904 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2579 a freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 141/14, com data de entrada em 2014/05/05, apresentado por ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE, com o NIPC 501137106, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da apresentação, até à emissão do Alvará de Obras de Construção, dos seguintes elementos:

1. Projetos das especialidades de ITED, acústico, isolamento térmico e de segurança contra incêndios em edifícios/ficha de segurança, ou justificação legal para a sua não apresentação se for o caso.
2. Ficha Estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.
3. Termo de responsabilidade subscrito pelo autor de projeto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 163/06, de 8 de agosto, de acordo com o modelo publicado. Deverá fazer referência ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro. Deverá ainda fazer referência ao correto procedimento da operação urbanística a realizar (licenciamento em vez de comunicação prévia)

4. Memória Descritiva e Justificativa elaborada nos termos do n.º 4 do n.º 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.

5. Planta de implantação com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respetivo material.

Mais deliberou informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PINTURA A ÓLEO SOBRE TELA DA BOCA DE CENA DA CASA DA CULTURA (ANTIGO TEATRO STEPHENS)” – REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO

409 - Em reunião da Câmara Municipal de 28-07-2011 foi deliberado emitir parecer favorável à contratação da “*Prestação de serviços de tratamento de conservação e restauro da pintura a óleo sobre tela da boca de cena da Casa da Cultura (Antigo Teatro Stephens)*”.

Na sequência da deliberação de parecer prévio vinculativo então tomada, foi despoletado o processo de aquisição n.º 64/2011-AP/DCT e por despacho do Sr. Presidente, datado de 19-09-2011, foi adjudicada a “*Prestação de serviços de tratamento de conservação e restauro da pintura a óleo sobre tela da boca de cena da Casa da Cultura (Antigo Teatro Stephens)*” à empresa JUNQUEIRA 220 – SOCIEDADE DE CONSERVAÇÃO, RESTAURO E ARTE, LDA com NIPC 502 849 355, pelo valor global de 8.280,00€ (Oito mil duzentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Por informação n.º 1/630/2014, datada de 21-04-2014, a DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento manifesta a necessidade de se proceder à reposição do equilíbrio financeiro do contrato celebrado no âmbito do processo de aquisição n.º 64/2011-AP/DCT, com o objecto de “*Prestação de serviços de tratamento de conservação e restauro da*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

pintura a óleo sobre tela da boca de cena da Casa da Cultura (Antigo Teatro Stephens)”, justificando que com o longo período de armazenamento da tela foram gerados na mesma fortes vícios, vincos e tensões, que só de forma lenta e progressiva se conseguirão tratar, originando custos adicionais que determinam a necessidade de se repor o equilíbrio financeiro do contrato em 1.540,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a empresa JUNQUEIRA 220 – SOCIEDADE DE CONSERVAÇÃO, RESTAURO E ARTE, LDA tem a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que aquando do início do processo de contratação pública o mesmo foi remetido à reunião de CMMG para a obtenção do parecer prévio favorável nos termos do preceituado no art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2011, pelo valor previsto de 8.280,00 euros, acrescido de IVA e que em sede de adjudicação esta se conformou com o mesmo montante.

Considerando a necessidade de se proceder à reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato, como já explicitado e que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para contratação da “*Prestação de serviços de tratamento de conservação e restauro da pintura a óleo sobre tela da boca de cena da Casa da Cultura (Antigo Teatro Stephens)*”, na classificação orgânica/económica 07/ 07010307, ação do PAM 2009/1/54.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica à reposição do equilíbrio financeiro do contrato por o pagamento ser integral no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando o contrato celebrado no ano de 2011, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à reposição do equilíbrio financeiro do contrato no âmbito do processo de aquisição n.º 64/2011-AP/DCT com o objeto de “*Prestação de serviços de tratamento de conservação e restauro da pintura a óleo sobre tela da boca de cena da Casa da Cultura (Antigo Teatro Stephens)*”, pelo valor de 1.540,00 euros, acrescidos de IVA.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
08/05/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 10

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

410 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião